

PPC - Projeto Pedagógico de Curso

Redes de Computadores

1. Perfil do curso

Em 20 anos (1991 a 2010), o Brasil registrou um salto de 48% no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), nas três dimensões acompanhadas pelo índice: longevidade, educação e renda. O IDHM Educação, porém, foi o que teve a menor contribuição em termos absolutos para o valor atual. Neste estudo, o IDH da Paraíba de 0,658 foi o 24º do ranking nacional, que demonstra a necessidade de mais investimentos no setor.

Associado a resultados e expectativas econômicas positivas, verifica-se na Síntese de Indicadores Sociais (SIS) de 2012 uma melhoria no quadro geral da educação na década 2001-2011, onde se observa que a proporção de jovens (18 a 24 anos) que cursou o nível superior cresceu de 27% para 51,3%, e, no âmbito étnico, entre os estudantes pretos ou pardos nessa faixa etária, a proporção cresceu de 10,2% para 35,8%. Observa-se ainda que houve uma redução na desigualdade de renda (índice Gini/PNAD), que passou de 0,559 em 2004 para 0,508 em 2011.

Nesse contexto nacional o atual desenvolvimento da Região Nordeste depende ainda da oferta de mão de obra qualificada. Oportunidades para isso existem: O PIB da Região vem crescendo a taxas superiores à média brasileira. Por Exemplo, de 2004 para 2010 a soma das riquezas da região passou de 12,7% para 13,5 do total do Brasil. Nos últimos cinco anos, o Nordeste passou a atrair grandes investimentos e com isso o emprego formal com carteira assinada saltou de 4,3 milhões em 2000 para 13,3 milhões em 2011.

O Estado da Paraíba tem uma população de 3.943.885 (IBGE/2014), sendo a oitava economia da Região Nordeste com PIB de R\$ 38,7 bilhões (IBG/2012), tem como capital a cidade de João Pessoa, cuja população estimada para 2014 foi de 780.738 habitantes (IBGE/2014) com crescimento médio de 19% ao ano, nos últimos cinco anos, e uma renda per capita de R\$ 1.143,47 (IBGE/2010). Circundada pelos municípios de Cabedelo (N), Conde (S) Santa Rita e Bayeux (O), totalizando uma população de 1.098.657 equivalente a 27,85% da população do estado.

A economia paraibana foi a terceira que mais cresceu do Nordeste no período de 2002 a 2010. O dado, constatado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, mostra que o Produto Interno Bruto (PIB) do Estado variou na casa dos 45,1% nos oito anos.

Segundo a Associação Brasileira das Empresas de Software (Abes), o mercado brasileiro de software e serviços atingiu um faturamento de US\$ 21,4 bilhões em 2011, incluindo exportações de US\$ 1,9 bilhão, o que representa um crescimento de 12,6% em relação a 2010. O segmento de software foi responsável por uma receita de US\$ 6,3 bilhões, com elevação de 14,9% na comparação anual entre 2011 e 2010. Os serviços responderam por US\$ 15,1 bilhões, desempenho 11,9% superior ao registrado em 2010. Nos últimos anos, este mercado no Brasil tem apresentado taxas de dois dígitos de crescimento. Em 2009, apesar do impacto da crise econômica mundial, o país apresentou avanço de 2,4%. Os índices continuaram excepcionais em 2010 e 2011, com

percentuais de 23,9% e 12,6%, respectivamente.

O bom desempenho do mercado de software e serviços garantiu ao Brasil subir uma posição no ranking mundial, passando a ocupar a 10ª posição, em 2011, superando grandes potências como Holanda, Suécia, Suíça, Espanha e Índia. Com mais investimentos em infraestrutura e capital humano, o cenário poderia ser melhor.

Já a inauguração da Hemobrás e da FIAT-Chrysler, modificaram o formato e dinâmicas do mercado de tecnologia, localizadas entre os estados de Pernambuco e da Paraíba, as fábricas demandam cada vez mais profissionais de com ampla formação e elevado conhecimento, localizadas mais próximas de João Pessoa do que da cidade do Recife, é natural que aja uma demanda por pessoal qualificado vindo desta cidade. Ainda mais, a presença de duas universidades federais, a UFPB e a UFCG, tem ajudado a fomentar o mercado tornando o mais competitivo e a procura de profissionais cada vez mais capacitados.

Diante deste cenário, a cidade do João Pessoa, juntamente com a cidade de Campina Grande e demais cidades da Paraíba, está se tornando o maior centro fornecedor de recursos humanos em tecnologia da informação e é fundamental que ele seja capaz de formar profissionais qualificados e conectados com o atual mercado de trabalho: competitivo e exigente. Razões pelas quais a Faculdade DeVry João Pessoa pleiteia autorização do Curso Superior de Tecnologia em Redes de Computadores.

O Curso contempla as demandas de natureza econômica, social, cultural, política e ambiental. Além disso, o PDI destaca, no contexto das Atividades Complementares (Programa de Experiências – PEX), a existência de “atividades relacionadas às relações étnico-raciais, atividades ligadas à história e à cultura afro-brasileira e indígena, atividades relacionadas à educação ambiental e atividades relacionadas aos direitos humanos”.

2. Atividades do curso

As atividades complementares são fundamentais para a aderência à formação geral e específica do discente e a construção do perfil do egresso, e se inserem no Projeto Pedagógico do Curso como incentivadoras à aprendizagem ativa e ao ensino baseado em competências. Embora de caráter flexível quanto à forma de integralização, o cumprimento de sua carga horária é obrigatório para a conclusão do curso.

Considerando a relevância das atividades complementares na formação do aluno, a Faculdade Boa Viagem Wyden conta com o Programa de Experiências – PEX, inspirado no pensador americano John Dewey. Para Dewey, a educação não deve ser baseada apenas na estrutura de ensino

tradicional, que normalmente consiste em aulas expositivas, com tempo e local já estipulados. Faz-se necessário, para garantir um melhor aprendizado, que o aluno participe de atividades que lhe acrescentem maior significado.

As atividades complementares constam da matriz curricular do curso, em componente curricular obrigatório intitulado PEX – Programa de Experiências, cuja carga horária conta para a integralização da carga horária do curso.

Essas atividades consistem em:

- Visitas técnicas;
- Projetos de pesquisa;
- Programa de Iniciação Científica e Tecnológica – PICT;
- Monitoria;
- Palestras, seminários, congressos;
- Oficinas;
- Minicursos;
- Atividades ou cursos de extensão;
- Participação em atividades voluntárias de assistência à população;
- Disciplinas extracurriculares, oferecidas a outros cursos ou por outra instituição de ensino superior;
- Estágios extracurriculares;
- Trabalhos interdisciplinares;
- Atividades relacionadas a questões Étnico-raciais e ao Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena;
- Atividades relacionadas a Políticas de Educação Ambiental;
- Atividades relacionadas aos Direitos Humanos.

As atividades são realizadas sob a orientação de um professor e englobam, em suma, tudo que fuja à rotina da sala de aula.

No início de cada período letivo, a programação do PEX – contendo as atividades e carga horária correspondente para efeito de integralização curricular – é divulgada para que os alunos possam se programar e escolher aquelas de seu interesse.

A programação é elaborada pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso, em colaboração com os professores, e soma, no mínimo, o triplo do que os alunos têm de integralizar, em média, em cada período letivo. Garante-se assim uma ampla diversidade de atividades, possibilitando o atendimento aos interesses individuais dos alunos.

Como a quantidade de horas de atividades oferecidas ao longo do curso é de, no mínimo, o triplo da carga horária obrigatória prevista no componente curricular, os alunos podem optar por integralizar uma carga horária muito superior ao mínimo exigido na matriz. Isso permite que eles integralizem o

curso com diferentes cargas horárias e perfis profissionais enriquecidos de forma flexível.

Dessa forma, as atividades complementares estão institucionalizadas e consideram a carga horária, a diversidade de atividades e de formas de aproveitamento, a aderência à formação geral e específica do discente, bem como mecanismos inovadores na sua regulação, gestão e aproveitamento.

O PEX está institucionalizado por meio da Norma 004: Regulamento do PEX – Programa de Experiências.

3. Perfil do egresso

Diante das necessidades profissionais e sociais da região, conforme a concepção e os objetivos do Curso Superior de Tecnologia em Redes de Computadores e com base no Projeto Pedagógico do Curso, fundamentados nas Diretrizes Nacionais para os Cursos Superiores de Tecnologia (Resolução CNE/CP nº03/2002) e no Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, o egresso estará apto a:

- estruturar e modelar problemas com algoritmos e com linguagens de programação estruturada e orientada a objetos, soluções para problemas reais que possam ser implementados computacionalmente, com foco em problemas inerentes as redes de computadores;
- analisar e fazer uso de princípios matemáticos e estatísticos para controle de sistemas e geração de relatórios especializados com base científica;
- trabalhar em equipe, promovendo integração, liderança e planejamento de ações pertinentes a suas atividades e carreira, bem como conhecer os impactos de suas ações para a sociedade;
- desenvolver planos de negócios de acordo com a cultura empreendedora e o processo de transformação de oportunidades em negócios;
- implantar, documentar e manter ambientes computacionais em funcionamento, controlando e monitorando todo o ambiente de apoio aos Centros de Informática e aos Centros de Processamento de Dados, devendo, para isso, estar apto a instalar, configurar e manter redes de computadores, configurar equipamentos como servidores e estações de trabalho, administrar sistemas gerenciadores de bancos de dados, avaliar desempenho de sistemas e demais rotinas pertinentes a manutenção e controle dos sistemas;
- dar suporte técnico à operacionalização e transformação longitudinal das Redes de Computadores;
- aplicar as TIC nos mais diversos campos dos serviços que usam sistemas de informações digitalizadas, com destaque para as Redes de Computadores;
- diagnosticar problemas de hardware, software, rede e operação, e tomar as medidas para mitigá-los;
- executar projetos e dimensionamento de redes de computadores, avaliando as condições necessárias para a implantação de redes de computadores, sistemas de banco de dados e sistemas

de informação;

- operacionalizar redes de computadores, protocolos de comunicação, cabeamento estruturado, soluções em integração de serviços como: voz, dados, imagens, controle de parâmetros;
- realizar atividades de atualização e modernização das tecnologias informatizadas em uso pelas empresas, identificando como estas podem se beneficiar dessas tecnologias, seja através da redução de seus custos operacionais, seja pela melhoria na qualidade dos seus produtos ou serviços prestados;
- gerenciar monitoramento e soluções para os principais problemas de segurança da informação, identificando formas de abordar situações de risco, gerenciando monitoramento e soluções;
- contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil, compreendendo e articulando as peculiaridades étnico-raciais de nossa sociedade, respeitando os direitos humanos;
- trabalhar em equipe, promovendo integração, liderança e planejamento de ações pertinentes a suas atividades e carreira, bem como conhecer os impactos de suas ações para a sociedade;
- desenvolver planos de negócios de acordo com a cultura empreendedora e o processo de transformação de oportunidades em negócios;
- elaborar projetos de pesquisa, utilizando quando necessárias técnicas e ferramentas para estudos bibliográficos, exploratórios e descritivos, bem como os métodos usados em pesquisa, sejam eles qualitativos ou quantitativos;
- atuar de forma consciente para a preservação do meio ambiente em seus projetos e atividades, considerando o fator sustentabilidade em todas as etapas e contribuir na implementação de políticas de preservação ambiental.

Conforme consta no PDI, a política de acompanhamento de egressos é implementada pelo setor denominado Carreiras. Este setor aplica pesquisas e implanta mecanismos para conhecer a opinião dos egressos sobre a formação recebida, para saber o índice de ocupação entre eles e para procurar estabelecer a relação entre a ocupação e a formação profissional recebida.

4. Forma de acesso ao curso

O acesso dos alunos ao Curso é realizado através das seguintes modalidades.

Processo Seletivo

Aplica-se a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente. Neste caso, os candidatos submetem-se a um exame, contendo questões de diferentes áreas do saber, observando a complexidade do ensino médio, bem como temas da atualidade nacional e internacional. A partir das notas obtidas, os candidatos são classificados em ordem decrescente de desempenho e convocados para a efetivação da matrícula até o preenchimento das vagas. Havendo vagas ociosas, os candidatos habilitados serão, sequencialmente, convocados.

Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)

A Instituição reserva parte das vagas oferecidas para ingresso em seus cursos a candidatos que tenham participado do Enem e alcançado média igual ou superior a 50% do total de pontos.

Graduados

Aplica-se a candidatos portadores de diploma de curso de graduação, dispensando-o do processo seletivo. Neste caso, o candidato deve protocolar o pedido de matrícula e, havendo vagas disponíveis, é feita a análise curricular para eventual dispensa de disciplinas que possuam equivalências com as disciplinas a serem cursadas.

Transferências

Aplica-se a estudantes que já estejam matriculados em cursos de graduação de outra instituição. Neste caso, o estudante deve protocolar o pedido de transferência e, havendo vagas disponíveis, é procedido o processo seletivo e feita a análise curricular para eventual dispensa de disciplinas que possuam equivalências com as disciplinas a serem cursadas.

Programa Universidade para Todos (ProUni)

Aplica-se a egressos do ensino médio que tenham se inscrito no Programa. A seleção é feita pelo Governo Federal a partir da nota do Enem dentre aqueles que preencham os requisitos sociais. Os candidatos pré-selecionados pelo Programa apresentam à Instituição os documentos comprobatórios, exigidos pelo Ministério da Educação.

Vagas remanescentes

Se ao final do processo seletivo não houver preenchimento de todas as vagas oferecidas, a Instituição poderá admitir candidatos que tenham participado do Enem e obtido desempenho maior ou igual a 50% do total de pontos.

5. Representação gráfica de um perfil de formação

De acordo com o art.4º da Resolução CNE/CP Nº3, de 2002: "Os cursos superiores de tecnologia são cursos de graduação, com características especiais, e obedecerão às diretrizes contidas no Parecer CNE/CES 436/2001 e conduzirão à obtenção de diploma de tecnólogo."

A Estrutura Curricular atual é definida em cinco módulos com enfoques específicos e definidos. A saber:

O módulo Humanidades visa à discussão sobre o indivíduo e sua inserção no mercado desde o empreender até ser um líder ou exercer funções gerenciais. Competências: gerenciar e manter parques de servidores e sua estrutura subjacente, tanto do ponto de vista de software e hardware quanto de pessoal; desenvolver pequenos programas para realizar operações de rotina ou eventuais em servidores; gerenciar equipes de Informática.

O módulo de Raciocínio Lógico e Matemático visa mostrar ao aluno uma forma de pensar abstrata aliando a isso métodos aplicados ao seu contexto profissional, para tanto, o aluno terá disciplinas como Estatística e Matemática Básica. Competências: desenvolver pequenos programas (batch) para realizar operações de rotina ou eventuais em servidores; gerenciar custos, planos de atualização e licenças de estruturas de TIC.

O módulo de Redes de Computadores fornecerá ao aluno todo embasamento técnico de disciplinas focadas em Redes de Computadores. O aluno terá o conhecimento teórico de Redes e Sistemas Operacionais e irá aplicá-los nas disciplinas práticas de Laboratórios de Redes Windows e Código Livre. Além disso, poderá entender e aplicar os conceitos dos principais protocolos de comunicação de Redes de Computadores TCP/IP. Competências: implantar e manter Redes de Computadores, estáveis e seguras, garantindo seu contínuo funcionamento; instalar e projetar redes de computadores, equipamentos como servidores e estações de trabalho; administrar sistemas operacionais de diferentes filosofias; diagnosticar problemas de hardware, software, rede e operação, e tomar as medidas para mitigá-los; executar projetos e dimensionamento de redes de computadores.

O módulo de Administração e Serviços de Redes traz ao aluno a integração entre os sistemas de Informação e as redes de computadores. O aluno vivenciará conceitos avançados de redes de computadores, podendo analisar o desempenho dos sistemas que compõe e utilizam as redes. A competência de desenvolver programas específicos para as redes de computadores é abordada neste modulo de forma a fornecer ao aluno subsídios ferramentais para o gerenciamento e desenvolvimento de aplicações para as redes.

O módulo de Banco de Dados e Governança oferece ao aluno um entendimento aprofundado em negócios na área de TI bem como o uso dos recursos computacionais para melhor produtividade das organizações. Além disso, o aluno entenderá as formas de segurança e auditoria em sistemas computacionais e a projeção, modelagem, desenvolvimento e manutenção de Banco de Dados. Competências: administrar sistemas gerenciadores de bancos de dados, modelar sistemas de banco de dados, apoiar a organização na escolha e implantação de ferramentas de banco de dados, apoiar a informatização para aumentar a competitividade e a produtividade em concordância com seus objetivos estratégicos; manter bancos de dados operacionais, estáveis e seguros, garantindo seu

contínuo funcionamento; desenvolver, aplicar e controlar métricas de qualidade de funcionamento de infraestruturas de informática.

O Bloco Atividades contempla o Programa de Experiências–PEX e Libras, optativa para o aluno.

Os conteúdos programáticos e as bibliografias são atuais e estão plenamente adequados às disciplinas teórico/práticas, bem como dão suporte à pesquisa realizada por discentes e docentes.

Na abordagem dos conteúdos curriculares os docentes são capacitados, por meio do Programa Mandacaru, acerca da educação inclusiva, com o objetivo de estarem preparados para adaptar suas práticas pedagógicas para alunos com necessidades educacionais especiais.

A flexibilização curricular e a interdisciplinaridade se dão fundamentalmente por meio do Programa de Experiências (PEX) e das disciplinas de Estudos de Caso, Temas Tecnológicos e Libras. A disciplina de Libras é ofertada de forma optativa para o aluno.

Os requisitos legais relativos às relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, políticas para educação ambiental e direitos humanos são abordados transversalmente ao longo de todo o percurso formativo do alunado, quer como conteúdo específico de algumas disciplinas, quer como atividades complementares.

Os requisitos legais relativos às relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, políticas para educação ambiental e direitos humanos são abordados transversalmente ao longo de todo o percurso formativo do alunado, quer como conteúdo específico de algumas disciplinas, quer como atividades complementares.

6. Sistema de avaliação do processo de ensino e aprendizagem

Os procedimentos de acompanhamento e de avaliação, utilizados nos processos de ensino-aprendizagem, atendem à concepção do curso definida no PPC, e buscam o desenvolvimento e a autonomia do discente de forma contínua e efetiva. Estão previstos mecanismos que garantam sua natureza formativa, sendo adotadas ações concretas para a melhoria da aprendizagem em função das avaliações realizadas.

O processo de avaliação da aprendizagem é parte integrante do processo de ensino e obedece às normas e procedimentos pedagógicos estabelecidos pelo Conselho Superior da FBV Wyden, tanto para os cursos presenciais quanto a distância.

As avaliações de aprendizagem têm por objetivo acompanhar o processo de construção do

conhecimento, a compreensão e o desenvolvimento da capacidade do aluno para resolver problemas referentes às competências (conteúdos, habilidades e atitudes) gerais e específicas exigidas para o exercício profissional, desenvolvidas ao longo do percurso formativo.

A sistemática institucional para a avaliação da aprendizagem considera a participação do estudante na construção do próprio saber e nas atividades acadêmicas programadas para as disciplinas que compõem a Matriz Curricular, parte do Projeto Pedagógico do Curso e o domínio dos conteúdos de natureza técnico-científica e instrumental, bem como acompanhar e aferir o desenvolvimento das habilidades e atitudes demonstradas em cada componente curricular, principalmente, o desempenho nos trabalhos e atividades realizados individualmente ou em grupo, provas e testes (orais ou escritos), visitas técnicas, debates, dinâmicas de grupo, seminários, oficinas, preleções, pesquisas, resolução de exercícios, arguições, trabalhos práticos, excursões e estágios, inclusive os realizados fora da sala de aula e da sede da Instituição.

A depender das características da disciplina, os professores, ao elaborarem os cronogramas de atividades, parte integrante dos Planos de Ensino, definem as ferramentas e os critérios de avaliação da aprendizagem que serão adotados, com vistas a atender às diferenças individuais dos educandos, orientando-os ao aperfeiçoamento do processo da aprendizagem. O sistema de avaliação da aprendizagem está institucionalizado no Regimento Institucional e seu funcionamento está normatizado na Norma 06.

Considerando o disposto no referido instrumento legal, a avaliação do desempenho acadêmico do estudante é realizada por disciplina, abrangendo os aspectos de aproveitamento e frequência. O aproveitamento é expresso por uma nota de eficiência que é a média ponderada das avaliações realizadas no período letivo. Respeitado o limite mínimo de frequência de 75% da carga horária do componente curricular, será considerado aprovado o aluno que obtiver média de eficiência igual ou superior a 5 (cinco), em uma escala que varia de 0 (zero) a 10 (dez).

A critério dos Dirigentes, por proposta do professor ou grupo de professores que ministram uma disciplina, ouvido o Coordenador do Curso, poderá ser adotado um regime especial de avaliação da aprendizagem considerado mais adequado.

Os critérios de verificação de desempenho no Trabalho de Conclusão do Curso e no Estágio Curricular Supervisionado, quando couber, constam de regulamentos próprios (normas 02 e 03, respectivamente), aprovados pelo Conselho Superior da Instituição.

Alunos com necessidades especiais, quando necessário, podem ser assistidos por equipes da CASA, para que realizem seus processos avaliativos em consonância com suas características e particularidades.

7. Sistema de avaliação do projeto do curso

A gestão do curso é realizada considerando a autoavaliação institucional e o resultado das avaliações externas como insumo para aprimoramento contínuo do planejamento do curso, com apropriação dos resultados pela comunidade acadêmica e a existência de um processo estruturado e institucionalizado de autoavaliação do curso.

O processo de avaliação do Curso de Redes de Computadores da Faculdade Boa Viagem Wyden é desenvolvido pela Coordenação Geral de Graduação e Coordenação de Curso, em colaboração com a Comissão Própria de Avaliação (CPA), no que couber. Os procedimentos de avaliação têm por objetivos acompanhar continuamente o planejamento estratégico expresso no PDI e no PPC, com vistas à melhoria da qualidade, sob vários aspectos, tais como a execução do planejamento acadêmico, a gestão acadêmico-administrativa, as condições de infraestrutura oferecidas (laboratórios, salas de aula, biblioteca, áreas de conveniência, os serviços de atendimento ao aluno, etc.), corpos docente e técnico-administrativo.

Semestralmente, mediante questionários elaborados especialmente para este fim, o corpo social avalia como segue:

AVALIAÇÃO REALIZADA PELO CORPO DISCENTE

Os alunos, ao final do semestre, avaliam os principais processos desenvolvidos com relação ao desempenho dos professores, da Coordenação do Curso e da Direção da Instituição, disciplinas ofertadas, atividades acadêmicas realizadas pela Instituição, o processo de avaliação da aprendizagem, infraestrutura física, serviços de apoio, etc.. Busca-se aferir o nível de satisfação do alunado com o Curso e com a Instituição.

AVALIAÇÃO REALIZADA PELO CORPO DOCENTE

Os professores, ao final de cada semestre, avaliam em formulário próprio, o plano de ensino da disciplina sob sua responsabilidade, atingimento de seus objetivos, cumprimento do cronograma de atividades e dos conteúdos programáticos propostos, qualidade do material didático utilizado, bibliografia disponível na biblioteca (livros, periódicos, acervo em multimídia), infraestrutura física e equipamentos, apoio institucional para realização das atividades acadêmicas, desempenho da turma, etc.

AVALIAÇÃO REALIZADA PELO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Do mesmo modo que os professores, os técnicos envolvidos com os laboratórios de ensino avaliam as condições de oferta das aulas práticas quanto a equipamentos, material de consumo,

dimensionamento de turmas, adequação dos experimentos, etc.

AVALIAÇÃO REALIZADA PELO COORDENADOR DO CURSO

Anualmente, a partir das avaliações semestrais acima previstas e das experiências vivenciadas, o Coordenador do Curso é responsável pela elaboração do Relatório de Autoavaliação do Curso, que será encaminhado aos Dirigentes, apontando as ações a serem desenvolvidas com vistas à melhoria da qualidade acadêmica do Curso e o aumento do grau de satisfação dos alunos, professores e colaboradores, com o Curso e com a Instituição.

Os resultados do processo de autoavaliação geram relatórios consubstanciados, apontando as potencialidades e fragilidades do Curso, bem como propondo implementação de ações para a melhoria das atividades acadêmicas, infraestrutura, etc., que serão encaminhadas aos dirigentes da Instituição para as devidas providências. Os resultados, no que diz respeito ao PPC, são encaminhados para o NDE, que como Comissão responsável pelo acompanhamento, gestão e atualização do PPC, os analisa encaminhando ao Colegiado do Curso propostas de ações com vistas à melhoria da qualidade acadêmica e da infraestrutura institucional.

Também, são divulgados e discutidos junto ao corpo social do Curso, alunos, professores e técnico-administrativos, mediante a realização de seminários, via e-mail, reunião com grupos focais, etc., dando-se amplo conhecimento à comunidade.

AVALIAÇÕES EXTERNAS

Os relatórios obtidos a partir das visitas in loco dos atos regulatórios do Curso subsidiam importantes informações para reduzir fragilidades e otimizar as potencialidades. Adicionalmente, os relatórios relativos ao Curso, perante o exame nacional de desempenho dos estudantes – Enade, apontam relevantes informações da performance acadêmica. Estas informações são analisadas, cuidadosamente, pelo Núcleo Docente Estruturante, que delimita pontos de atenção ou reestruturações perante o Projeto Pedagógico do Curso, com exposição e aprovação pelo Colegiado do Curso e, subsequente, apresentação a Coordenação Geral de Graduação e Diretoria para providências.

8. Trabalho de conclusão de curso (TCC)

Considerando que as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos Superiores de Tecnologia não estabelecem como obrigatória a realização do Trabalho de Conclusão de Curso, a Instituição optou por não incluí-lo nos Projetos Pedagógicos dessa modalidade de curso.

9. Estágio curricular

Considerando que as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos Superiores de Tecnologia não estabelecem como obrigatória a realização do Estágio Curricular, a Instituição optou por não incluí-lo nos Projetos Pedagógicos dessa modalidade de curso.

Documento de uso exclusivo da Faculdade Boa Viagem Wyden. Proibida sua reprodução em todo ou em partes. Todos os direitos reservados.